



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**

GESTÃO PÚBLICA POR RESULTADOS – GPR

RELATÓRIO DE DESEMPENHO SETORIAL – RDS 2011

Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente - CONPAM



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

GOVERNADOR
Cid Ferreira Gomes

VICE-GOVERNADOR
Domingos Gomes de Aguiar Filho

SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO
Antônio Eduardo Diogo de Siqueira Filho

CONSELHO DE POLÍTICAS E GESTÃO DO MEIO AMBIENTE
Paulo Henrique Ellery Lustosa da Costa

COORDENAÇÃO DE ELABORAÇÃO
Ana Lúcia Lima Gadelha

ELABORAÇÃO

COORDENAÇÃO TÉCNICA SETORIAL

João Paulo Cavalcante
Maria Dias Cavalcante
José Wilton Soares e Silva
José Mauricio Mendes Giffoni
Romulo Braga Gomes

EQUIPE TÉCNICA DE GPR/SEPLAG

Annuzia Maria Pontes Moreira Gosson
Daniele Passos de Lima Albuquerque
Fátima Coelho Benevides Falcão
Francisco José Rodrigues Freire Júnior
Maria Neuman Ribeiro Moreira
Christiane de Sousa Peixoto – Apoio Técnico

COLABORAÇÃO TÉCNICA SEPLAG

Antenor Barbosa Filho
Maria Carmelita Sampaio Colares
Karine Machado C. Fontenele

SUMÁRIO

POLÍTICA SETORIAL

I. ANÁLISE DOS RESULTADOS SETORIAIS

1. RESULTADO SETORIAL: MELHORIA DA QUALIDADE DOS RECURSOS AMBIENTAIS

1.1. Evolução dos Indicadores de Resultado Setorial 1

1.2. Relação Produto-Resultado

1.2.1. Desempenho de Produtos em Relação às Metas

1.2.2. Influência Produto-Resultado

2. RESULTADO SETORIAL: FORTALECIMENTO DA GESTÃO AMBIENTAL

2.1. Evolução dos Indicadores de Resultado Setorial 2

2.2. Relação Produto-Resultado

2.2.1. Desempenho de Produtos em Relação às Metas

2.2.2. Influência Produto-Resultado

3. RESULTADO SETORIAL: PARTICIPAÇÃO CIDADÃ COM PRINCÍPIOS DE SUSTENTABILIDADE

3.1. Evolução dos Indicadores de Resultado Setorial 3

3.2. Relação Produto-Resultado

3.2.1. Desempenho de Produtos em Relação às Metas

3.2.2. Influência Produto-Resultado

II. CONTEXTO DE ATUAÇÃO DA SECRETARIA

III. LIÇÕES APRENDIDAS

RELATÓRIO DE DESEMPENHO SETORIAL – RDS Janeiro a Dezembro de 2011

Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente – CONPAM

POLÍTICA SETORIAL

A realidade ambiental do Ceará em 2012 mostra o resultado do processo de transformação na forma de se fazer Política Ambiental no Estado. As conquistas alcançadas nos últimos anos consolidaram um novo quadro e estabeleceram as bases para o novo paradigma de desenvolvimento. Observando os resultados dos indicadores da Gestão Pública por Resultados - GPR verifica-se evolução do setor em consonância com as metas da política estadual.

Busca-se o fortalecimento institucional do Sistema Estadual de Meio Ambiente, através dos projetos coordenados pelo Conselho de Política e Gestão do Meio Ambiente - CONPAM e pela Superintendência Estadual de Meio Ambiente - SEMACE, representando o início de uma nova visão no que tange aos desafios desta política ambiental para o Estado nos próximos anos.

As ações desenvolvidas pelo CONPAM buscam alcançar os objetivos transversais estratégicos traduzidos pelos resultados: MELHORIA DA QUALIDADE DOS RECURSOS AMBIENTAIS, FORTALECIMENTO DA GESTÃO AMBIENTAL e PARTICIPAÇÃO CIDADÃ COM PRINCÍPIOS DE SUSTENTABILIDADE.

A partir disso, as ações e diretrizes traçadas assumiram o compromisso com a reorganização dos programas e projetos desenvolvidos pelo Sistema, definindo competências de cada órgão em relação ao conjunto de produtos a serem entregues à sociedade, especialmente as ações de monitoramento e controle ambiental, e a mobilização social. Nesse sentido, um processo de reestruturação do CONPAM, da SEMACE e do Conselho Estadual do Meio Ambiente - COEMA se apresentou necessário e fundamental na preparação do Estado para esta nova realidade.

Dentro da ótica da Participação Cidadã com Princípios de Sustentabilidade, destaca-se a formação de Educadores e Agentes Ambientais.

Quanto à Melhoria da Qualidade dos Recursos Ambientais podem ser citadas ações voltadas para o monitoramento da qualidade do ar e dos recursos hídricos realizadas pela SEMACE, através dos projetos que medem o índice de balneabilidade das praias e o de qualidade da água bruta no Estado.

Quanto às questões relacionadas com a política de resíduos sólidos e do manejo de defensivos agrícolas e agrotóxicos, a política de controle ambiental é um dos temas recorrentes nas discussões e no trabalho do Sistema Estadual de Meio Ambiente. Neste campo de ação, os órgãos estaduais de meio ambiente vêm dedicando especial atenção às metas impostas pela Política Nacional de Resíduos Sólidos, que obriga, entre outras coisas, a elaboração de um plano estadual de gestão integrada de resíduos sólidos, com o fechamento de lixões, o apoio à coleta seletiva, a adoção da logística reversa e a inclusão social dos catadores.

Dentro do Fortalecimento da Gestão Ambiental, o trabalho volta-se para o fortalecimento da Gestão Ambiental no âmbito dos municípios cearenses, com a implantação de Planos de Gestão de Resíduos Sólidos, a formação de Gestores Municipais na área de Licenciamento Ambiental e a elaboração de Planos de Gestão Integrada da Orla Marítima. Ressalta-se a importância da aprovação pelo COEMA, dentro do prazo estabelecido na lei federal, do Plano

Estadual de Controle da Poluição Veicular - PCPV. Este Plano estabelece os instrumentos legais e estratégicos que reforçarão o trabalho desenvolvido pelo Setor no controle da poluição atmosférica, como o projeto Fumaça Negra e o Programa de Inspeção Veicular Ambiental, o PIVACE.

I. ANÁLISE DOS RESULTADOS SETORIAIS

Resultados Setoriais / Indicadores	Ano Base 2006	2007	2008	2009	2010	2011	Var. (%) 2011/2006
CONPAM							
1. Melhoria da Qualidade dos Recursos Ambientais							
Taxa de crescimento de atividades licenciadas (%) (1)	40,0 (2.502)	8,8 (2.722)	45,2 (3.952)	-16,5 (3.299)	9,79 (3.622)	-3,09 (3.510)	40,29
Índice de balneabilidade das praias (%)	57,67	58,37	67,77	63,42	74,95	59,97	3,99
Percentual de veículos inspecionados fora dos padrões (%)	7,4	5,7	6,8	4,5	4,4	3,6	-48,65
Índice de qualidade da água bruta (dentro dos limites estabelecidos pela CONAMA) (%) (2)	65,60	70,80	77,90	89,84	85,54	87,79	33,83
Nº de municípios com sistema de gestão de resíduos sólidos (3)	-	1	152	174	176	176	17.500,00 (6)
Nº de focos de calor e queimadas	5.492	2.614	8.810	4.371	4.300	1.334	-75,71
Percentual de Áreas protegidas em UC's	22,02	22,04	22,05	22,05	22,05	22,06	1,00
Percentual de áreas protegidas em Reservas Legais	0,10	0,10	0,10	0,10	0,34	0,15	50,00
Nº de autorizações de consumo de matéria prima de origem florestal legalizada (4)	10.942	15.402	22.662	19.256	736	0	-100,00
Cobertura vegetal (ha) (5)	-	-	-	-	-	-	-
2. Fortalecimento da Gestão Ambiental							
Nº de municípios com sistema de gestão ambiental implantada	5	5	6	6	6	6	20,00
3. Participação cidadã com princípios de sustentabilidade							
Nº de pessoas capacitadas como Agente ambiental	1.284	888	1.301	2.310	1.125	1.440	12,15
Nº de professores capacitados em Educação Ambiental	-	100	2.140	1.960	1.446	462	362,00 (6)

(1) Cálculo elaborado com base nos valores absolutos de atividades licenciadas, tanto para as taxas anuais como para a variação do período.

(2) Até 2008 as coletas eram efetuadas em atendimento a denúncias de agressão. A partir de 2009 são monitoradas as 11 bacias hidrográficas do Estado do Ceará.

(3) Sistema de gestão implantado não implica somente na construção de aterro sanitário implantado, mas de todo processo que vai desde a elaboração dos planos de gerenciamento integrado.

(4) Portaria Nº 003/2010, instituiu no âmbito do Estado do Ceará, o DOF – Documento de Origem Florestal em substituição ao DOFCE que foi computado somente até março de 2010.

(5) O indicador será trabalhado a partir de 2011.

(6) Variação percentual 2011/2007.

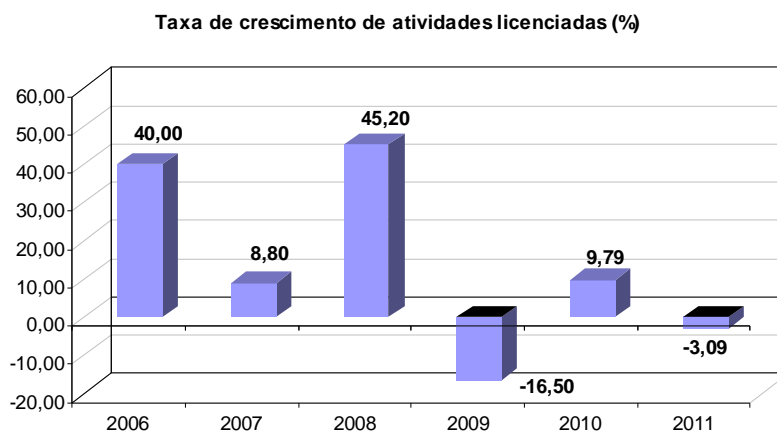
1. RESULTADO SETORIAL: MELHORIA DA QUALIDADE DOS RECURSOS AMBIENTAIS

1.1. Evolução dos Indicadores de Resultado Setorial 1

1.1.1. Taxa de Crescimento de Atividades Licenciadas (%)

A evolução do crescimento de atividades licenciadas pela SEMACE no período de 2006 (2.502 licenças emitidas) a 2011 (3.510 licenças emitidas) foi positiva, com taxa de crescimento no período igual a 40,29%.

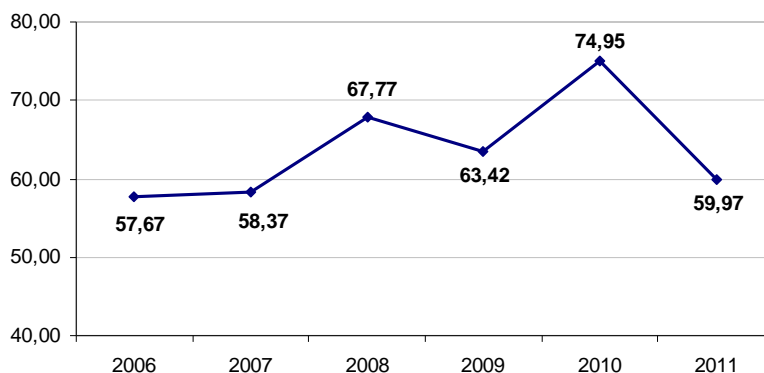
Para atender a meta acordada com o Banco Mundial de que 20% do Número de Licenças Emitidas do mês devem ser realizadas em até 60 dias, a SEMACE vem trabalhando intensamente nas atividades de licenciamento ambiental. Contribuiu para a melhoria dos resultados, a admissão dos 62 fiscais aprovados no concurso público, a implantação do agendamento eletrônico para o licenciamento, a melhoria das condições de trabalho oferecida aos técnicos (máquinas fotográficas digitais, GPS), a ampliação e renovação da frota de veículos.



1.1.2. Índice de Balneabilidade das Praias (%)

O índice de balneabilidade das praias no período de 2006 a 2011 apresentou evolução positiva, com um crescimento de 3,99%, passando de 57,67% de praias próprias ao banho, no início do período, para 59,97%, no último ano analisado. O papel da SEMACE na coleta sistemática e na divulgação pública desse índice proporciona aos banhistas e turistas uma informação precisa relativa à escolha do seu local de lazer. Isso possibilita, ainda, a outras setoriais a tomada de decisões, visando à redução dos índices de poluição de nossas praias e a atração de turistas que buscam as belezas do nosso litoral. Como exemplos podem ser citados o assoreamento dos rios e lagoas, a limpeza de galerias e bocas de lobo, saneamento básico, e estações de tratamento de esgotos.

Índice de balneabilidade das praias (%)

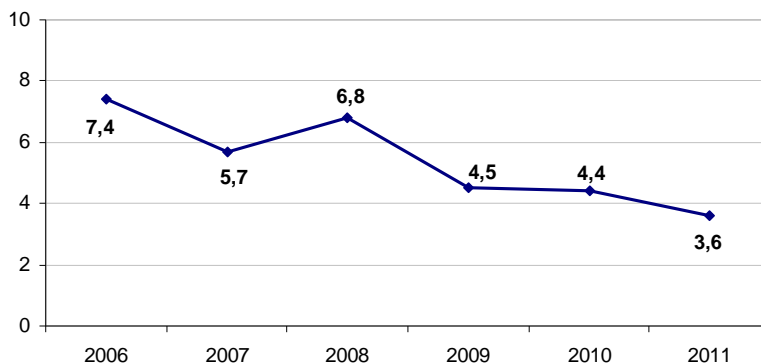


1.1.3. Percentual de veículos inspecionados fora dos padrões

O indicador setorial “Percentual de veículos inspecionados fora dos padrões” é mensurado pelo Programa Fumaça Negra, visando o controle da emissão de fumaça negra pelos veículos automotores do ciclo diesel que circulam no Estado do Ceará, por meio de *blitzes* semanais nos principais corredores de tráfego.

Atualmente, o programa abrange todo o Estado e, além da frota metropolitana, são fiscalizados os transportes alternativos (TOPIC’s), caminhões, ônibus intermunicipais e veículos particulares, com *blitze* organizadas, em parceria com a Autarquia Municipal de Trânsito, Serviços Públicos e Cidadania de Fortaleza – AMC, Companhia de Policiamento Rodoviário do Estado do Ceará – CPRV, Polícia Rodoviária Federal – PRF, Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN e órgãos municipais de trânsito. Observa-se que no período de 2006 a 2011 ocorreu decréscimo de 51,35% no percentual de veículos com índices de fumaça em desacordo com os padrões estabelecidos pela legislação vigente, evidenciando o êxito do programa desenvolvido pela SEMACE. Essa redução do número de automotores do ciclo diesel com nível de FUMAÇA NEGRA fora dos padrões, no período considerado, contribuiu com a melhoria da qualidade do ar, pela diminuição no lançamento de gases de efeitos nocivos a atmosfera, sobretudo o dióxido de carbono (CO₂).

Percentual de veículos inspecionados fora dos padrões (%)



1.1.4. Índice de Qualidade da Água Bruta (dentro dos limites estabelecidos pela CONAMA) (%)

O programa de monitoramento ambiental das águas superficiais dos principais rios do Estado do Ceará e seus afluentes foi implementado a partir do ano de 2009, por meio da análise de amostras coletadas da nascente até a foz dos rios. Até o primeiro semestre de 2008, as coletas eram efetuadas em atendimento a denúncias de agressão ao meio ambiente. O sistema funcionava de forma superficial e monitorava apenas alguns corpos hídricos que estivessem em situação precária. Atualmente estão sendo monitoradas as 11(onze) Bacias Hidrográficas do Estado do Ceará: Alto Jaguaribe, Salgado, Banabuiú, Médio Jaguaribe, Baixo Jaguaribe, Acaraú, Coreaú, Curu, Parnaíba, Metropolitana e Litoral.

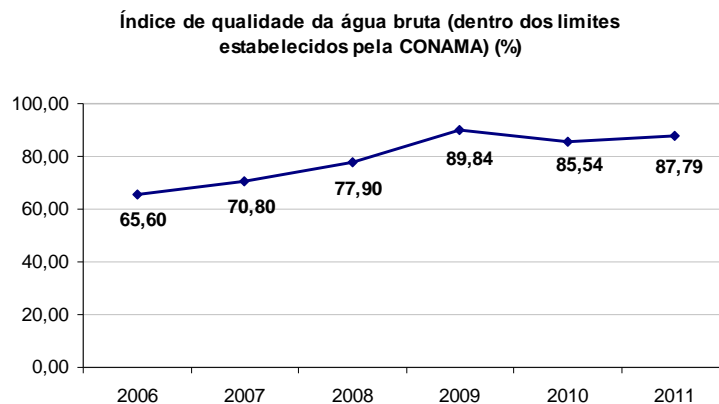
O monitoramento se justifica pela necessidade de reduzir as fontes de contaminação, subsidiando a identificação e regularização de fontes poluidoras, notadamente as originadas por descargas industriais, esgotos domésticos não tratados e drenagem pluvial em áreas urbanas. Esse procedimento é realizado visando manter a qualidade dos 18,0 bilhões de metros cúbicos de água em barragens do Estado, constituindo-se principal fonte de água para uso doméstico, industrial e agrícola.

O indicador refere-se ao percentual do número de parâmetros físico-químicos e bacteriológicos de acordo com a Resolução CONAMA 357/2005 que dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento. Nos Laboratórios de Físico-química e Bacteriologia da Gerência de Análise e Monitoramento (GEAMO) da Superintendência Estadual do Meio Ambiente (SEMACE) são analisados os seguintes parâmetros: Salinidade, Temperatura, pH, Oxigênio Dissolvido, Cor, Turbidez, Clorofila "a", Fósforo total, Ortofosfato, Nitrito, Nitrato, Sulfato, Nitrogênio Amoniacal Total, Condutividade, Cloretos, Substâncias Solúveis em Hexano, Demanda Química de Oxigênio (DQO), Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO) e Coliformes Termotolerantes.

No período 2006 a 2011 esse indicador apresentou um crescimento de 33,83%. Seu cálculo é baseado na resolução CONAMA 357/05 – que avalia a qualidade dos recursos hídricos a partir de parâmetros físico-químicos pré-estabelecidos. Sua divulgação é oportuna para fundamentar pesquisas e ações de outras secretarias que desenvolvem programas voltados para a melhoria da qualidade de vida, saúde, e para proteção da população dos efeitos patológicos propagados pelo meio hídrico contaminado.

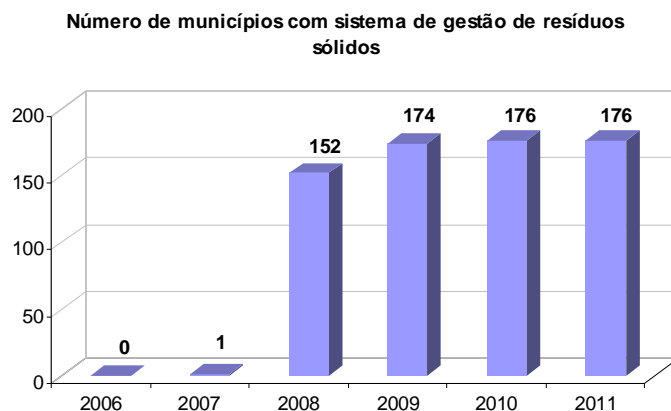
Para o ano de 2011, nas 11 Bacias Hidrográficas foram visitados 30 Corpos Hídricos como mostra quadro abaixo:

ÍNDICE DE QUALIDADE DE ÁGUA BRUTA						PARÂMETROS				
ANO	Meta	Ponto de Coleta	% Meta Alcançada	Município	Amostra	Quantidade			Percentuais	
						Nº	De Acordo	Desacordo	De acordo	Desacordo
2009	50	42	84,00%	73	103	1.733	1.557	176	89,84%	10,16%
2010	102	100	98,04%	70	376	6.509	5.568	941	85,54%	14,46%
2011	102	96	94,12%	64	371	6.353	5.577	776	87,79%	12,21%



1.1.5. N° de municípios com sistema de gestão de resíduos sólidos

O indicador apresentou uma evolução bastante significativa considerando-se que no ano base 2006 nenhum município possuía Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PGIRS elaborado, passando a um número de 176 municípios nos anos de 2010 e 2011. Este aumento de PGIRS elaborados teve como fator influenciador a publicação do decreto Estadual que estabeleceu o Índice de Qualidade Municipal como indicador para repartição do ICMS, atrelando a elaboração dos referidos Planos a 2% do ICMS. A partir do ano de 2011 o indicador passou a ser medido conforme implementação das ações previstas nos planos, o que justifica a permanência do número de planos elaborados entre 2010 e 2011.

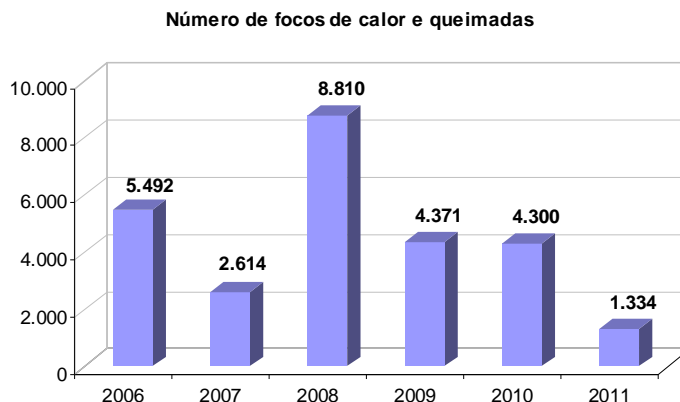


1.1.6. N° de Focos de Calor e Queimadas

O indicador demonstra em tempo real o número de focos de calor por município, indicando a existência de queimadas descontroladas e/ou incêndios florestais, permitindo ao Estado avaliar a eficácia das políticas ambientais de prevenção e controle de queimadas, bem como a implementação de práticas agrícolas sustentáveis.

A redução do número de focos desde o período de 2004 até 2007 tem se apresentado de forma bastante significativa. Em 2008 verificou-se uma elevação desse número para 8.810 focos. Nos anos de 2009, 2010 e 2011 o número de focos cai para 4.371, 4.300 e 1.334 focos, respectivamente, mesmo usando-se outros satélites além dos NOAA para o monitoramento dos focos (quando o número de detecção aumenta em virtude de se ter mais satélites observando em

mais horários do dia). A redução desses focos deve-se ao fato do Estado ter intensificado a partir do ano de 2009 uma política voltada para práticas agroflorestais, a exemplo do Projeto Mata Branca, com capacitações dos agricultores, sindicatos e gestores municipais que orientam técnicas ambientalmente corretas. Apesar do decréscimo de 75,71% no número de focos de calor e queimadas no período de 2006 a 2011, os números ainda apontam a necessidade de se fortalecer essa política dado ao índice de desertificação que se apresenta no Ceará.



1.1.7. Percentual de Áreas Protegidas em Unidades de Conservação – UC'S

A gestão das Unidades de Proteção é uma das formas de garantir a preservação da dinâmica dos ecossistemas. Destaque-se a Criação do Sistema Estadual de Unidades de Conservação que visa assegurar o uso racional dos recursos naturais, a proteção e preservação da diversidade biológica e o disciplinamento do processo de ocupação, assegurando assim o uso sustentável dos recursos naturais.

A variação do indicador no período 2006 a 2011 foi de 1%, correspondendo a um pequeno crescimento, em face da enorme área do Estado do Ceará sobre a qual se calcula o percentual de áreas protegidas. Sua divulgação é importante para sinalizar o esforço e a prioridade do Governo na implementação de políticas de proteção e preservação do meio ambiente. O Estado do Ceará abrange uma área territorial de 146.348,30 km² (incluindo as massas d'água) dos quais 32.272 km² enquadram-se em unidades de conservação - UC, que equivalem a 22,06% de áreas protegidas criadas pelo poder público federal (IBAMA), estadual (SEMACE) e municipal. Ressalta-se que este percentual engloba também parte dos estados de Pernambuco, Piauí e Maranhão inseridos nas três maiores UCs federais, ou seja, APA da Serra da Ibiapaba (Ceará e Piauí), APA do Delta do Parnaíba (Ceará, Piauí e Maranhão) e APA da Chapada do Araripe (Ceará, Piauí e Pernambuco).

No que tange ao fortalecimento institucional do Sistema Estadual de Meio Ambiente e das ações voltadas para a proteção e conservação dos ativos ambientais, tendo como meta desafio dobrar a área total protegida no Estado, duas medidas preparatórias de grande importância foram tomadas pelo Governo em 2011: a aprovação da lei que regulamenta o Sistema Estadual de Unidades de Conservação - SEUC e a assunção pelo CONPAM do gerenciamento das 23 unidades de conservação estaduais existentes (13 (treze) APAS, 05 (cinco) Parques Estaduais, 02 (dois) Monumentos Naturais, 01 (uma) Estação Ecológica, 01 Área de Relevante Interesse Ecológico e 01 (um) Corredor Ecológico).

O ponto de partida para o novo desafio da política ambiental que estabeleceu a meta de dobrar a área total protegida do Estado até 2015 foi a formação de um grupo de trabalho para elaboração de estudos técnicos objetivando

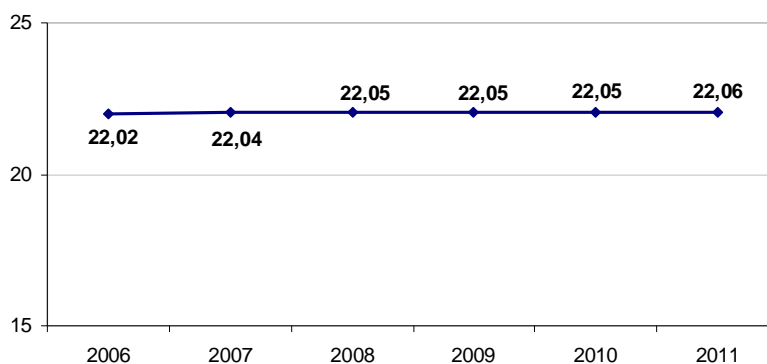
a criação de unidades de conservação, especialmente para preservar a Caatinga. Este GT já realizou pesquisas na região do Sertão Central, em Boa Viagem, Pedra Branca, Mombaça, Senador Pompeu e Quixeramobim, com uma área estudada de 1,32 milhões de hectares e nos municípios de Irauçuba, Santa Quitéria, Catunda, Monsenhor Tabosa, Boa Viagem, Itatira, Canindé, Tejuçuoca, Paramoti e General Sampaio, com uma área de cerca de 2,5 milhões de hectares.

Neste campo, além da criação do grupo de trabalho já mencionado, outras ações cooperaram com a criação de três novas Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPN, uma na Caatinga com uma área de 219,93ha, município de Novo Oriente e duas em Serras Úmidas, nos municípios de Mulungu e Aratuba, com 15,70ha e 7,62ha, respectivamente.

Encontra-se também em análise as propostas da Organização Não Governamental AQUASIS, que trabalha pela criação de duas grandes unidades de conservação, sendo uma a APA do Litoral Leste, que engloba quatro municípios cearenses, desde a divisa do município de Beberibe com Cascavel até a divisa com o Rio Grande do Norte, abrangendo uma área de aproximadamente 50.000 ha, visando à preservação do Peixe Boi Marinho, de aves migratórias e a manutenção do recrutamento da lagosta para todo litoral leste. Esta grande APA abrangeria outras treze UC's municipais, estaduais e federais da região, formando um mosaico e garantindo a sustentabilidade da pesca no litoral leste.

A segunda UC proposta na categoria Reserva da Vida Silvestre localiza-se em território que engloba o Ceará e o Piauí (Litoral Oeste) e possui a maior área de mangue ainda preservado no nordeste e a ocorrência do Peixe Boi Marinho, espécie ameaçada de extinção, além de aves costeiras migratórias e crustáceas. O Processo de criação desta UC já se encontra bastante avançado junto ao ICMBIO, com uma área de 50.000ha, a maior parte marinha e de manguezal.

Percentual de Áreas protegidas em UC's



1.1.8. Percentual de Áreas Protegidas em Reservas Legais (%)

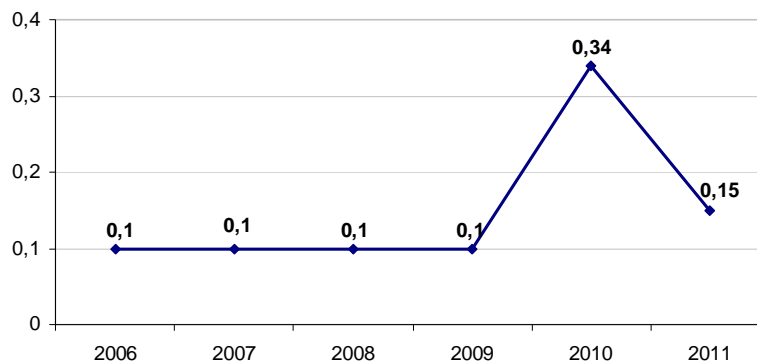
Reserva Legal é a área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, excetuada a de preservação permanente, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção da fauna/flora nativas. (art. 1º, § III da Lei nº 4.771/65).

Ano	Área total do Estado	Área de Reserva Legal	
		(ha)	(%)
2010	14.634.830	50.289,18	0,34
2011	14.634.830	21.306,21	0,15

Em 2011, a Área de Reserva Legal no Estado do Ceará totalizou 21.306,21 hectares localizada em 68 municípios a seguir descritos: Acaraú, Aiuba, Antonina do Norte, Aquiraz, Aracati, Aracoiaba, Barbalha, Barro, Barroquinha, Beberibe, Bela Cruz, Camocim, Campos Sales, Canindé, Capistrano, Cascavel, Catarina, Caucaia, Choro, Chorozinho, Crateús, Crato, Croata, Cruz, Eusébio, Farias Brito, Fortaleza, Graça, Granja, Guaiuba, Guaramiranga, Horizonte, Ibicuitinga, Iguatu, Ipaumirim, Ipueiras, Itaitinga, Itarema, Jaguaribara, Jaguaribe, Lavras da Mangabeira, Limoeiro do Norte, Maranguape, Miraíma, Novo Oriente, Ocara, Pacajus, Pacatuba, Pacoti, Paracuru, Pindoretama, Piquete Carneiro, Porteiras, Quixeramobim, Quixeré, Redenção, São Benedito, São Gonçalo do Amarante, São Luiz do Curu, Senador Pompeu, Sobral, Tabuleiro do Norte, Tamboril, Tauá, Tianguá, Trairi, Uruburetama, Viçosa do Ceará.

A Área total de Reserva Legal Averbada do ano de 2006 até 2009, apresentou um percentual de 0,10%, em 2010, observou-se um acréscimo de 0,24% totalizando percentual 0,34%, considerando as áreas de reserva legal aprovadas pelo IBAMA, que se encontram vinculadas aos Planos de manejo Florestal repassados pelo citado órgão no correspondente ano para a SEMACE.

Percentual de áreas protegidas em Reservas Legais



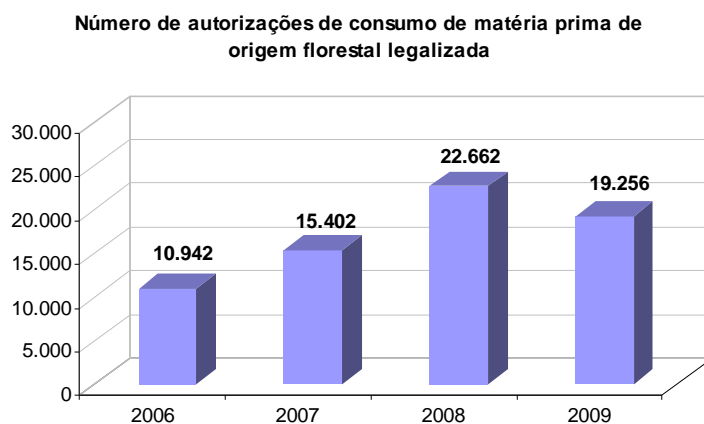
1.1.9. Nº de Autorizações de Consumo de Matéria Prima de Origem Florestal Legalizada – DOFCE

Os dados para os anos de 2006 até março de 2010 foram apurados mediante a contagem do DOFCE – Número de documento de origem florestal emitidos no Estado do Ceará. Todavia, a Portaria Nº 003/2010, instituiu no âmbito do Estado do Ceará, o DOF – Documento de Origem Florestal em substituição ao DOFCE, de forma que os valores para o ano de 2010 foram computados somente até março.

De 2006 a 2008 a meta de 3.000 autorizações/ano foi superada, com a liberação de 10.942, 15.402 e 22.662, autorizações em cada um dos respectivos anos. Observa-se, também, evolução no número de Documento de Origem

Florestal – DOFCE emitido por ano. Em 2009, foram emitidos 19.256 DOFCE, alcançando 72,67% da meta. Essa redução de 15,03% no número de DOFCE emitidos, em relação a 2008, deve-se à mudança no sistema utilizado, não tendo acarretado prejuízo ambiental. Em 2010 tinha-se, até março, 736 autorizações não tendo sido disponibilizado o número de autorizações a partir da portaria Nº 003/2010 que institui o DOF.

O DOF – a licença obrigatória para o transporte e armazenamento de produtos e subprodutos florestais de origem nativa, contendo informações sobre a procedência desses produtos, passou a ser disponibilizado no endereço eletrônico do IBAMA, na Rede Mundial de Computadores. Embora a menção desse fato seja enfatizado na Portaria Nº 003/2010, até o presente momento, apesar dos inúmeros contatos mantidos com o IBAMA para esse fim, a SEMACE ainda não obteve nenhuma informação a respeito desse indicador, o que impossibilita o acompanhamento de seu desempenho. O gráfico abaixo apresenta o desempenho do indicador no período de 2006 a 2009.



1.2. Relação Produto-Resultado

1.2.1. Desempenho de Produtos em Relação às Metas

Programa Controle Ambiental (226) – Os sete produtos implementados pelo programa estão relacionados às ações de gestão integrada dos ativos ambientais, licenciamento e fiscalização ambiental, defesa ambiental (disque natureza), gestão do sistema de controle e monitoramento da qualidade do ar, dos quais cinco apresentaram desempenho positivo em relação às metas planejadas para o ano de 2011. Para análise de desempenho dos produtos em relação ao cumprimento de metas foi utilizada a seguinte regra:

Desempenho Positivo: para realização de 70% ou mais da meta estabelecida; Desempenho neutro: situações onde o realizado se situar no intervalo de 50% a 70% do programado; Desempenho negativo: quando o realizado atingir menos de 50% da meta.

A seguir o desempenho de tais produtos:

“Licença concedida” (Meta: 3.000; Realizado: 3.510) superou a meta em 17,00%, indicando desempenho positivo. Do total de licenças, 716 foram licenças Prévia, 469 Licenças de Instalação, 298 Licenças de Operação, 20 Licenças de Instalação e Operação, 31 Renovação de Licença Prévia, 158 Renovação de Licença de Instalação, 1.633 Renovação de Licença de Operação, 115 Alteração de Licença, 47 Mudança de Titularidade de licença, 23 Segunda Via de Licença;

“Autorização ambiental concedida” (Meta: 2.500; Realizado:) - Sem comentários por parte da secretaria.

“Autorização florestal concedida” (Meta: 2.500; Realizado:) - Sem comentários por parte da secretaria.

“Praia monitorada” (Meta: 65; Realizado: 65) atingiu 100,00% da meta prevista e evoluiu muito nestes quatro anos quando estendeu de 21 pontos de coletas em Fortaleza para 65 pontos de coleta em todo o Litoral Cearense, distribuído em 31 pontos na capital, monitorada semanalmente, e 34 pontos nos demais municípios litorâneos do Estado, monitorados mensalmente. Para o ano de 2011, foram coletadas 1.896 amostras de águas para análise, sendo 1.488 na capital e 408 no interior. Das 1.896 amostras coletadas, 1.137 apresentaram o índice de Balneabilidade própria a banho;

“Veículo inspecionado” (Meta: 3.500; Realizado: 11.905) - A medição do nível de FUMAÇA NEGRA (veículos automotores do ciclo diesel) é feita com a escala RINGELMANN, conforme definido em Portaria 136/07, DOE 10.10.07, constituída de cinco colorações que variam de cinza claro a preto total. De 0 % a 40% é considerado Normal e de 41% a 100%, fora dos padrões. Em 2011 foram inspecionados 11.905 veículos através de 155 blitz, sendo a meta do ano superada em 240,14%. Dos 11.905 veículos inspecionados, 430 ficaram fora dos padrões;

“Monitoramento realizado (qualidade da água)” (Meta: 102; Realizado: 96) com 94,12% da meta cumprida no ano de 2011. Esse produto se refere ao monitoramento ambiental das águas superficiais dos principais rios do Estado do Ceará e seus afluentes, por meio da análise de amostras coletadas da nascente até a foz e tendo como meta 102 pontos de coletas. Para 2011 o Programa planejou suas atividades em 4 etapas de coletas nas 11 Bacias Hidrográfica do Estado: 1º etapa - fevereiro; 2º etapa - maio; 3º etapa - setembro; 4º etapa - novembro. Nas três etapas foram visitadas pelos técnicos da SEMACE, 34 Bacias, beneficiando 64 municípios em 96 pontos de coletas, sendo colhidas 279 amostras para análise, obtendo resultado de 88,14% de acordo com os parâmetros estabelecidos pela CONAMA. Para a quarta etapa foi realizada a coleta, faltando apenas o resultado das amostras.

“Denúncia atendida” (Meta: 1.000; Realizado: 1.594) apresentou desempenho positivo superando a meta em 59,40%. Em se tratando de demanda espontânea, o número de denúncias protocoladas na SEMACE, no ano de 2011, foi de 1.594, sendo todas atendidas em 100%.

Programa Proteção de Recursos Ambientais (046) – São quatro os produtos integrantes desse programa que contribuem com o resultado setorial 1, os quais estão relacionados às ações de identificação de áreas de risco de acidentes com produtos químicos perigosos, prevenção, monitoramento, controle de queimadas e combate aos incêndios, gestão da política de controle de agrotóxico e gestão integrada de resíduos sólidos urbanos e industriais. Do total dos quatro produtos, três apresentaram desempenho positivo em relação às metas planejadas e executadas, como explicitado a seguir:

“Gestor municipal capacitado em resíduos sólidos” (Meta: 200; Realizado: 300) apresentou desempenho positivo, com o alcance de 150,00% da meta para 2011. Refere-se à capacitação de técnicos dos 184 municípios cearenses, no sentido de orientá-los na implementação dos Planos de Gestão integrada de resíduos sólidos;

Área de risco mapeada (Meta: 0; Realizado: 0) - Não foi estabelecida meta para esse produto no ano de 2011. Refere-se à prevenção e proteção ambiental de áreas previamente identificadas como de risco de acidentes com produtos

químicos perigosos no Ceará, com a realização de 90,7% do previsto até o ano de 2010, quando expirou o convênio com o MMA tendo sido cadastrados, até 2010, 256 áreas;

“Curso realizado” (Meta: 5; Realizado: 6) alcançou 120,00% da meta de 2011. A superação da meta foi possível com a oferta de mais três cursos com recursos do Projeto Mata Branca;

Seminário realizado (Meta: 5; Realizado: 5) alcançou o cumprimento de 100,00% da meta de 2011. Os seminários foram realizados de forma regionalizada, com o objetivo de orientar os gestores municipais e produtores rurais acerca das boas práticas de manejo florestal, para evitar o uso do fogo de forma descontrolada e, com isso, reduzir o número de focos de calor no Estado. Quanto ao número de focos de calor e queimadas, foi alcançado um decréscimo de 75,71% entre os anos de 2006 e 2011.

Programa Biodiversidade PROBIO (475) - Os produtos implementados pelo programa estão relacionados às ações de criação de unidades de conservação e gestão do sistema estadual de unidades de conservação, que apresentaram o seguinte desempenho em relação às metas planejadas e executadas:

“Unidade de Conservação - UC criada” (Meta: 3; Realizado: 3). Foram criadas três novas Unidades de Conservação na categoria Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPN, uma no município de Novo Oriente e duas em Serras Úmidas, nos municípios de Mulungu e Aratuba, perfazendo um total de 243,25ha. Desta forma o indicador cumpriu a meta prevista; “Sistema Estadual de Unidades de Conservação implantado” a Lei nº.14.950 de criação do SEUC foi publicada em 27 de junho 2011.

Programa Estadual de Floresta - PEF (474) – Sem comentários por parte da secretaria.

1.2.2 Influência de Produtos Sobre o Resultado

O resultado setorial 1, “Melhoria da Qualidade dos recursos Ambientais”, é medido por 10 (dez) indicadores. Destes, 8 (oito) apresentaram boa evolução no período 2006-2011.

A gestão ambiental tem como propósito trabalhar o processo de implantação dos instrumentos necessários à execução da política ambiental no Estado.

No que se refere aos bens e serviços ofertados via programas de governo para atingir o resultado pretendido, à exceção do Programa Estadual de Floresta - PEF (474), observa-se que cinco dos sete produtos do Programa Controle Ambiental (226) apresentaram desempenhos positivos em relação às metas previstas para 2011; no Programa Proteção de Recursos Ambientais (046) todos os produtos com metas definidas para 2011 apresentaram desempenhos positivos; dos dois produtos do Programa Biodiversidade PROBIO (475), um apresentou bom desempenho com relação à meta para 2011 e o outro não previu meta para este ano. No cômputo geral tem-se 9 de 13 produtos (69,23%) contribuíram para a “Melhoria da Qualidade dos recursos Ambientais”.

2. RESULTADO SETORIAL: FORTALECIMENTO DA GESTÃO AMBIENTAL

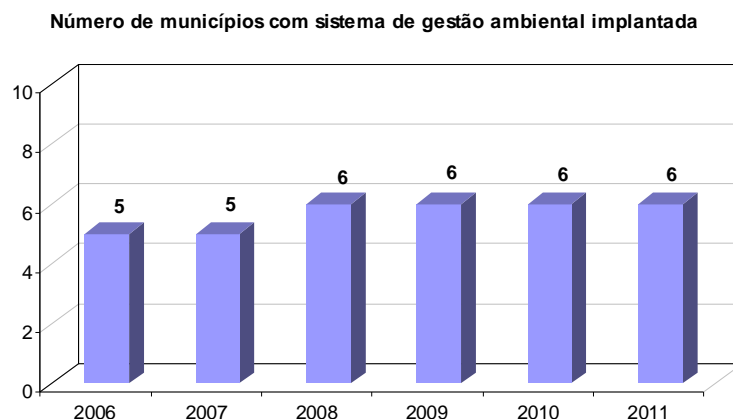
2.1. Evolução dos Indicadores de Resultado Setorial 2

2.1.1. Nº de municípios com sistema de gestão ambiental implantada

O processo de descentralização da gestão ambiental envolve a elaboração e implantação dos instrumentos necessários à execução da política ambiental nos municípios. Apesar de registrada uma variação positiva de 20,0% no indicador no período de 2006 a 2011, observando-se a evolução de seus valores absolutos, identifica-se um comportamento estável no número de municípios com sistema de gestão ambiental implantada.

Adicionalmente, deve ser explicitado que dos 184 municípios, 134 já criaram suas instituições ambientais e trabalham ações como: educação ambiental e fiscalização. Um dos fatores que influenciam a evolução do indicador é que para a realização do licenciamento, que caracteriza o processo de descentralização, o município tem que seguir algumas regras postas na Resolução CONAMA 237/2007, tais como possuir equipe técnica e lei ambiental.

Neste contexto, o Programa Selo Município Verde - PSMV surge não só como um incentivo às municipalidades para a certificação ambiental pública, mas também como canal para a efetiva implementação de políticas ambientais e participação da sociedade civil nas definições de suas necessidades e no estabelecimento de prioridades em defesa do meio ambiente. Os resultados evidenciados no período de 2007 até 2010 pelo incremento significativo no número de Conselhos Municipais de Defesa do Meio Ambiente, evoluindo para 162 COMDEMAS e pela criação de 131 órgãos ambientais municipais, refletiram de forma positiva o direcionamento das políticas ambientais no Ceará, permitindo ao Ministério do Meio Ambiente apontar o PSMV como referência no Brasil.



2.2. Relação Produto-Resultado

2.2.1. Desempenho de Produtos em Relação às Metas

Gestão Ambiental Estratégica (059) – São quatro os produtos desse programa que influenciam o resultado setorial 2, os quais estão relacionados às ações de implementação do zoneamento ecológico econômico da zona costeira, serras úmidas e caatinga, implantação dos planos de intervenção da orla marítima, fortalecimento do sistema estadual do meio ambiente, certificação dos municípios com o Selo Município Verde e implementação do ICMS Ecológico. Dos quatro produtos apenas um apresentou desempenho positivo em relação às metas estabelecidas para 2011:

“Município com ZEE implantado” (Meta: 3; Realizado: 0) - A meta não foi cumprida em função da necessidade de publicação do decreto que regulamenta a Lei do Gerenciamento Costeiro que passou por um processo de revisão/atualização no ano de 2009, com realização de audiências públicas com vistas a legitimação do mesmo. Após a publicação do decreto, que estava prevista para 2010, seriam iniciados os seminários nos municípios costeiros para efetivação da implantação. A não implantação da ZEE, portanto, deveu-se à ausência do decreto de regulamentação da referida lei, que foi elaborado faltando assinatura e publicação;

“Município certificado com selo verde” (Meta: 40; Realizado: 39) apresentou desempenho positivo com o alcance de 97,50% da meta prevista para o ano de 2011. Foram inscritos 122 municípios, porém após análise da documentação encaminhada, somente 39 alcançaram o índice definido para certificação;

“Seminário realizado (sobre ICMS ecológico)” (Meta: 20; Realizado: 5) apresentou desempenho negativo com o alcance de 25,00% da meta estabelecida para o ano de 2011. Foram realizados os cinco seminários de orientação aos municípios acerca da repartição do ICMS com base no indicador de Qualidade Municipal- IQM;

“Plano de intervenção da orla marítima implantado” (Meta: 1; Realizado: 0) - A elaboração dos planos é um projeto desenvolvido em parceria com o Ministério do Meio Ambiente – MMA, com meta não cumprida em razão da paralisação do programa, motivado pelo seu redesenho no Ministério. No ano de 2010 foi trabalhada a capacitação dos municípios para elaborarem seus planos, os quais iniciaram a elaboração em 2011 e ainda não foram concluídos.

2.2.2. Influência de Produtos Sobre o Resultado

O resultado setorial Fortalecimento da Gestão Ambiental é mensurado pelo indicador Nº de Municípios com Gestão Ambiental Implantada, o qual apresentou, no período 2006-2011, discreta evolução de 20% de acréscimo no número de municípios que se engajaram na gestão ambiental, apontando para poucos avanços no âmbito de tal resultado setorial.

A gestão ambiental tem como propósito trabalhar o processo de descentralização por meio da elaboração e implantação de instrumentos necessários à execução da política ambiental nos municípios.

No que se refere aos bens e serviços ofertados, via programas de governo, para atingir o resultado pretendido, o programa Gestão Ambiental Estratégica (059) contribui com 4 produtos, dos quais apenas um, “Município certificado com Selo Verde”, apresentou desempenho satisfatório em relação à meta estabelecida para o ano de 2011.

Em termos orçamentários, observa-se que o Programa Gestão Ambiental Estratégica (059) apresentou desempenho insatisfatório, com a execução de 45,64% do total de R\$ 2.350.600,00 orçados para o ano de 2011, limitando a realização das metas. Importantes ações orçamentárias relacionadas aos produtos não empenharam recursos em 2011, tais como “Implementação do Zoneamento Ecológico Econômico da Zona Costeira, Serras Úmidas e Caatinga – ZEE” e “Fortalecimento do Sistema Estadual de Meio Ambiente - PNMA”.

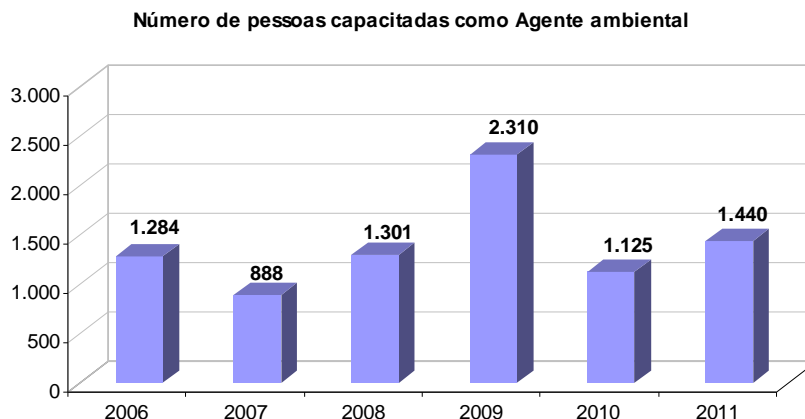
Os desempenhos insatisfatórios em termos de execução física e financeira dos produtos, impactam diretamente na evolução do indicador que mensura o resultado setorial 2, apontando para a poucos avanços no Fortalecimento da Gestão Ambiental no período analisado.

3. RESULTADO SETORIAL: PARTICIPAÇÃO CIDADÃ COM PRINCÍPIOS DE SUSTENTABILIDADE

3.1. Evolução dos Indicadores de Resultado Setorial 3

3.1.1. Nº de pessoas capacitadas como Agente Ambiental

A capacitação para agentes multiplicadores em educação ambiental, no ano de 2011, resultou na realização de 48 cursos, capacitando 1.440 agentes multiplicadores ambientais. Os cursos foram direcionados para um público informal de profissionais, sociedade civil, trabalhadores rurais, gestores de conselhos de Meio Ambiente. A evolução do indicador no período considerado de 2006 a 2011 apresentou um acréscimo de variação de 12,15%.

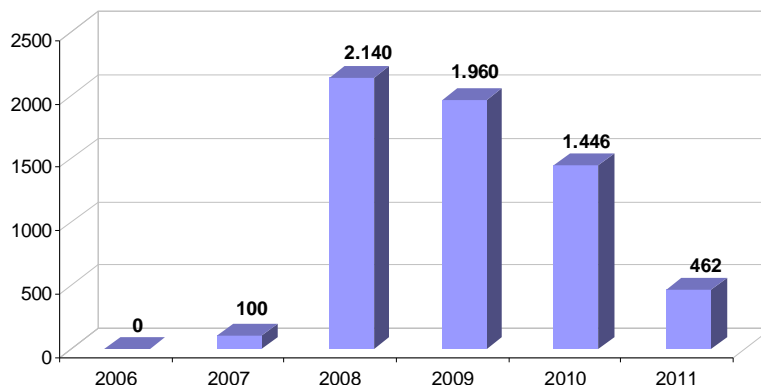


3.1.2. Nº de professores capacitados em educação ambiental

O Curso de Formação de Educadores Ambientais, desenvolvido pelo CONPAM, visa à capacitação em educação ambiental de professores da rede pública estadual e municipal. Objetiva desenvolver o espírito crítico e a criatividade do cidadão quanto às alternativas locais de desenvolvimento sustentável. O projeto foi iniciado em 2007 com a formação de 100 professores, com o comprometimento de cada um formar e capacitar uma turma de 40 professores em seus municípios. A realização dos cursos nos anos subsequentes levou o projeto a um número de 6.008 educadores ambientais até 2011.

Entre 2007 e 2011 o indicador apresentou um crescimento de 362,00%. Pela não aprovação do projeto no MAPP de 2011, o CONPAM realizou cursos em parceria com o poder público municipal, avaliando-se como excelente o resultado apresentado. Recomenda-se, para o ano de 2012, sistematizar as diversas experiências em educação ambiental realizadas pelas escolas do Estado do Ceará, para que se possa elaborar um Plano Estadual de Educação Ambiental, através de parceria com a SEDUC.

Nº de professores capacitados em Educação Ambiental



3.2. Relação Produto-Resultado

3.2.1. Desempenho de Produtos em Relação às Metas

Programa de Educação Ambiental do Estado do Ceará – PEACE (435) – São cinco os produtos desse programa que influenciam o resultado setorial 3, os quais estão relacionados às ações de formação de educadores ambientais, construção da Agenda 21 Estadual, qualificação de gestores ambientais e formação de agentes ambientais, Implantação do Portal Receba, da Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P, Criação de Centros de Informação e Documentação Ambiental - CIDAMBIENTAL e realização de eventos de cunho ambiental.

Até 2011, foram implantados 17(dezessete) CIDA - Centros de Informação e Documentação Ambiental, contendo 4(quatro computadores) e uma média de 50 livros de temática ambiental em cada Centro.

A seguir são apresentados os produtos vinculados a esse resultado setorial e seus respectivos desempenhos em relação às metas estabelecidas para 2011:

“Curso realizado” (Meta: 40; Realizado: 48) – com superação de 20% em relação a meta prevista para 2011, o produto apresentou desempenho positivo. Os fatores que foram relevantes na superação da meta para essa atividade estão mencionados abaixo :

- Divulgação das ações da Educação Ambiental nos sites da SEMACE e do CONPAM com consequente aumento das demandas por parte dos municípios
- Possibilidade de se fazer as solicitação de todos as atividades da Educação Ambiental em ambiente WEB via site da SEMACE
- Reforço no número de servidores da EDUCAÇÃO AMBIENTAL que propiciou o maior e melhor atendimento das demandas, após a fusão .
- Unificação da ações de EDUCAÇÃO AMBIENTAL – SEMACE E CONPAM
- O material disponível para o curso estava pronto, em virtude de licitações anteriores realizadas pela SEMACE .
- Parceria com os Municípios (toda infra-estrutura por parte dos municípios)
- Maior sensibilização dos gestores com relação as questões ambientais.

“Agente ambiental capacitado” (Meta: 1.200; Realizado: 1.440) – os 48 cursos realizados resultaram na formação de 1440 agentes ambientais, superando a meta para 20%;

“Professor capacitado em educação ambiental” (Meta: 1.000; Realizado: 580) - O curso de formação de educadores ambientais para professores da rede estadual, e municipal tinha como meta realizar 25 cursos, capacitando 1000 professores. Em 2011 foram realizados 15 cursos, capacitando 580 professores, resultando num desempenho neutro (entre 50% e 70%). Apesar dos esforços do CONPAM, a meta de formação de 1.000 professores não foi atingida na sua totalidade. O processo de reestruturação das atividades da coordenação do CONPAM/SEMACE em 2011, levou a uma paralisação periódica das atividades do COEAS. As atividades só foram retomadas após a implantação definitiva da reestruturação com a fusão de atividades do CONPAM com a SEMACE. Além disso, a não aprovação de recursos no MAPP/2011 também influenciou para o não alcance da meta estabelecida para o ano.

“Gestor Ambiental qualificado” (Meta: 200; Realizado:) – Sem comentários por parte da secretaria.

“Agenda 21 elaborada” (Meta: 1; Realizado:) - Sem comentários por parte da secretaria.

Foram realizados vários eventos de Educação Ambiental, tais como: Campanha praia limpa, realizadas em 9(nove) municípios mobilizando diretamente 550 pessoas, o II seminário estadual da A3P, com 180 representantes de comissões de A3P das Secretarias Estaduais e 36 municípios com a participação de 7 prefeitos, Festa Anual das Árvores, Semana Nacional do Meio Ambiente e o Dia Nacional de Limpeza de Praia, Rios, Lagos e Lagoas.

3.2.2. Influência de Produtos Sobre o Resultado

Os indicadores de resultado Nº de Professores Capacitados em Educação Ambiental e Nº de Pessoas Capacitadas como Agente Ambiental apresentaram crescimentos no período analisado, 2006-2011, apontando para um aumento da participação cidadã no que tange aos princípios de sustentabilidade ambiental.

Esse trabalho é centrado na capacitação de professores e agentes da rede pública estadual e municipal em educação ambiental, que atuam como multiplicadores em seus municípios.

Os dados alcançados mostram que o desempenho físico não foi satisfatório. É importante assinalar a necessidade de rever os indicadores “Nº de Professores Capacitados em Educação Ambiental” e “Nº de Pessoas Capacitadas como Agente Ambiental” que figuram simultaneamente como produto e resultado na Matriz de GPR da Instituição, considerando os indicadores acima como produtos e o valor percentual de pessoas capacitadas com relação à demanda, como resultado.

II. CONTEXTO DE ATUAÇÃO DA SECRETARIA

Durante o ano de 2011 o Sistema Estadual de Meio Ambiente e conseqüentemente a atuação do CONPAM e da SEMACE, atravessou um período de grande transformação, tanto no que se refere à reestruturação dos órgãos, com a redistribuição das atribuições e competências, como no que se refere ao próprio ambiente regulatório da dita política.

Apenas para destacarmos as transformações do ponto de vista institucional, neste ano de 2011 foram aprovadas, entre outras, a Lei estadual que estabelece a Política Estadual de Educação Ambiental, definindo o CONPAM e a Secretaria Estadual de Educação com seus coordenadores e fortalecendo o papel da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (CIE) na sua implementação; ou ainda, a lei que reorganizou o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC), estabelecendo novas competências para o CONPAM, a SEMACE e o COEMA e com isto obrigando toda uma reformulação dos procedimentos de gerenciamento das unidades de conservação estaduais e abrangendo, em adição, as Reservas Particulares do Patrimônio Natural, as RPPNs.

Ademais de tais modificações, o Governo do Estado aprovou, no segundo semestre o projeto de interiorização da atuação da SEMACE com a transformação do escritório do Crato em Gerência Regional e com a autorização de criação de uma Gerência Regional para a zona norte do estado, sediada em Sobral. A este processo de desconcentração das atividades do estado se soma toda uma discussão que vem sendo travada no âmbito do COEMA com vistas ao estabelecimento das competências das prefeituras municipais para gestão da política ambiental nos seus territórios, este processo teve seu ápice com a sanção, pela Presidenta da República, da lei complementar 140 de 2011 e reforçou a importância das ações de fortalecimento institucional dos órgãos ambientais municipais que já vinham sendo levadas a cabo pelo CONPAM por meio de programas como o SELO VERDE.

Todas essas modificações implicaram em uma total reformulação do arranjo institucional do Sistema Estadual de Meio Ambiente do qual saíram fortalecidos o CONPAM, a SEMACE e o COEMA e, principalmente, que começa a esboçar uma estratégia de engajamento das gestões municipais neste processo, ao mesmo tempo que se busca ampliar e organizar o diálogo com os órgãos ambientais da União, como o caso do IBAMA, do ICMBio e do Serviço Florestal Brasileiro.

Os desafios que se assomam para o ano de 2012 remetem, fundamentalmente para a ampliação da capacidade dos órgãos ambientais estaduais de assumirem os novos papéis e atribuições definidas na legislação estadual, ao mesmo tempo em que capacitam os órgãos municipais para assumirem atividades e competências que até bem pouco tempo estavam sob sua alçada sem, nestes processos, colocar em risco a integridade da política estadual. Isto vai demandar toda uma rediscussão das normas que até agora regulamentam a política de controle ambiental e significativos investimentos no desenvolvimento e aprimoramento das capacidades existentes, esses são os desafios de curto prazo.

III. LIÇÕES APRENDIDAS

Durante o ano de 2011 o Sistema Estadual de Meio Ambiente e conseqüentemente a atuação do CONPAM e da SEMACE, atravessou um período de grande transformação, tanto no que se refere à reestruturação dos órgãos, com a redistribuição das atribuições e competências, como no que se refere ao próprio ambiente regulatório da dita política.

Apenas para destacarmos as transformações do ponto de vista institucional, neste ano de 2011 foram aprovadas, entre outras, a Lei estadual que estabelece a Política Estadual de Educação Ambiental, definindo o CONPAM e a Secretaria Estadual de Educação com seus coordenadores e fortalecendo o papel da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (CIE) na sua implementação; ou ainda, a lei que reorganizou o Sistema Estadual de Unidades de

Conservação (SEUC), estabelecendo novas competências para o CONPAM, a SEMACE e o COEMA e com isto obrigando toda uma reformulação dos procedimentos de gerenciamento das unidades de conservação estaduais e abrangendo, em adição, as Reservas Particulares do Patrimônio Natural, as RPPNs.

Ademais de tais modificações, o Governo do Estado aprovou, no segundo semestre o projeto de interiorização da atuação da SEMACE com a transformação do escritório do Crato em Gerência Regional e com a autorização de criação de uma Gerência Regional para a zona norte do estado, sediada em Sobral. A este processo de desconcentração das atividades do estado se soma toda uma discussão que vem sendo travada no âmbito do COEMA com vistas ao estabelecimento das competências das prefeituras municipais para gestão da política ambiental nos seus territórios, este processo teve seu ápice com a sanção, pela Presidenta da República, da lei complementar 140 de 2011 e reforçou a importância das ações de fortalecimento institucional dos órgãos ambientais municipais que já vinham sendo levadas a cabo pelo CONPAM por meio de programas como o SELO VERDE.

Todas essas modificações implicaram em uma total reformulação do arranjo institucional do Sistema Estadual de Meio Ambiente do qual saíram fortalecidos o CONPAM, a SEMACE e o COEMA e, principalmente, que começa a esboçar uma estratégia de engajamento das gestões municipais neste processo, ao mesmo tempo que se busca ampliar e organizar o diálogo com os órgãos ambientais da União, como o caso do IBAMA, do ICMBio e do Serviço Florestal Brasileiro.

Os desafios que se assomam para o ano de 2012 remetem, fundamentalmente para a ampliação da capacidade dos órgãos ambientais estaduais de assumirem os novos papéis e atribuições definidas na legislação estadual, ao mesmo tempo em que capacitam os órgãos municipais para assumirem atividades e competências que até bem pouco tempo estavam sob sua alçada sem, nestes processos, colocar em risco a integridade da política estadual. Isto vai demandar toda uma rediscussão das normas que até agora regulamentam a política de controle ambiental e significativos investimentos no desenvolvimento e aprimoramento das capacidades existentes, esses são os desafios de curto prazo.